



DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

“ENTRADA DE BANCOS ESTRANGEIROS NO BRASIL APÓS A ABERTURA DO
MERCADO: POR QUE SÓ O SANTANDER SOBREVIVEU?”

Nome: Amanda Restom de Castro

No. da matrícula: 1510425

Orientador: Fábio Miessi

Junho de 2019



DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

“ENTRADA DE BANCOS ESTRANGEIROS NO BRASIL APÓS A ABERTURA DO
MERCADO: POR QUE SÓ O SANTANDER SOBREVIVEU?”

Nome: Amanda Restom de Castro

No. da matrícula: 1510425

Orientador: Fábio Miessi

Junho de 2019

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

As opiniões expressas nesse trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

Dedicatória

Agradeço aos meus pais por todo tempo, esforço e carinho investidos em mim desde sempre. Com certeza não estaria tendo a oportunidade de me formar na PUC se não fosse pelo amor incondicional e conselho deles.

Agradeço aos meus amigos da PUC, que tanto me ajudaram durante esse processo e estiveram comigo nos momentos bons e ruins. Me deram muita força e carinho durante meus anos na universidade e a eles devo muita gratidão. Agradeço também ao meu namorado pelo incentivo demonstrado ao longo da elaboração deste trabalho e da minha trajetória profissional, constantemente me incentivando a ser o meu melhor.

Agradeço a todos os meus professores, que durante esses quatro anos e meio me abriram os olhos e ensinaram. Por fim, gostaria de fazer um agradecimento especial ao meu professor orientador, Fábio Miessi, pela paciência e esforço demonstrados no processo de construção deste trabalho. Sua orientação foi fundamental para a elaboração deste estudo e para a minha formação.

Sumário

1. Introdução	7
2. Revisão de literatura	10
3. Dados	20
4. Metodologia.....	26
5. Análise dos resultados	28
6. Conclusão	35
7. Referências Bibliográficas.....	37

Lista de Figuras

Figura 1: <i>Market Share</i> dos bancos estrangeiros no brasil.....	21
Figura 2: Presença dos Bancos Estrangeiros no Brasil	22
Figura 3: Permanência de cada banco no Brasil.....	23
Figura 4: Quantile-Quantile de Market share	24

Lista de Tabelas

Tabela 1: Estatísticas Descritivas	25
Tabela 2: Resultados de escala	29
Tabela 3: Resultados de Escala	30
Tabela 4: Resultados de características macroeconômicas	32
Tabela 5: Resultados de Características macroeconômicas	33
Tabela 6: Resultados Consolidados	34

1. Introdução

Na década de 90, o Brasil, assim como outros países da América Latina, passou por uma série de transformações no setor bancário, o que permitiu a entrada de empresas privadas estrangeiras no país. Desta forma, a partir da metade da década de 90, processos de consolidação e internacionalização estiveram em curso no setor bancário brasileiro.

Primeiro, através do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), em novembro de 1995, o Banco Central recuperou instituições financeiras que estavam em situação grave após o Plano Real, vendendo parte de suas operações para bancos privados. Depois, através de uma série de leilões, o Banco Central foi aos poucos privatizando bancos estaduais, muitos comprados por instituições estrangeiras.

Literatura escrita à época sobre a entrada de firmas estrangeiras em mercados em desenvolvimento levantou duas grandes hipóteses: primeiro, a entrada de bancos estrangeiros nesses países iria promover aumento do crédito bancário global; segundo, bancos estrangeiros são mais eficientes que seus pares domésticos (Goldberg et al. 2000, citado por Teles 2011).

No entanto, dados evidenciam que tais hipóteses não parecem ser apoiadas pela experiência brasileira (Vasconcelos and Fucidji, 2002). Até 2002, bancos estrangeiros não apresentaram resultados superiores aos domésticos, não obtendo medidas de eficiência maiores do que as dos bancos nacionais.

Mais recentemente, a literatura foi corroborada pela saída do mercado de a maioria dos bancos estrangeiros. Em 2015, o HSBC vendeu suas operações para o Bradesco. Em 2016, o Citibank retirou as operações de varejo do Brasil, passando o controle para o Itaú Unibanco, incluindo agências, cartões de crédito e o segmento de pessoa física da Citi Corretora. Antes disso, ABN Amro e BankBoston também deixaram o país.

A exceção, porém, encontra-se no Santander: banco espanhol que tem no Brasil seu maior mercado, superando lucros na própria Espanha (em abril de 2018, sem considerar taxas de câmbio). No segundo semestre de 2018, o banco registrou lucro líquido de R\$ 2.97 bilhões, crescimento de 58% na comparação com o segundo semestre de 2017.

O objetivo deste trabalho é buscar fatores que determinam a entrada e a permanência de um banco estrangeiro no Brasil. Em particular, seguindo sugestões da literatura existente, avaliar se escala e características macroeconômicas do Brasil e do país-sede dos bancos explicam o comportamento atípico do Brasil, onde grande parte dos bancos não teve sucesso e alguns poucos sim.

O Brasil é um caso atípico de entrada de bancos estrangeiros. Após a liberalização do sistema bancário brasileiro, o total de ativos do sistema concentrado na mão de bancos de controle estrangeiro aumentou de 2.5% em 1995 para 26% em 2000. No entanto, essa proporção começa a diminuir a partir de 2001, e bancos estrangeiros aos poucos perdem espaço para bancos domésticos privados e públicos. Ao mesmo tempo, o número de bancos estrangeiros no país aumenta de 27 (23% do total de bancos) em 1995 para 50 (ou 43% do total de bancos) em 1999. A partir de então, o número reduz, até se estabilizar em uma média de 39 bancos nos últimos 10 anos.

Na literatura existente sobre o assunto, há estudos sobre a dinâmica da entrada de bancos estrangeiros e seus benefícios/malefícios para o setor bancário como um todo. No entanto, não há informação sobre o resultado de cada banco e as diferentes estratégias adotadas para entrar no país. Tal debate pode auxiliar o entendimento do movimento, assim como fornecer insumos para combater o fracasso dos bancos estrangeiros no Brasil.

Ao contrário do esperado, a escala do banco não parece influenciar a decisão de permanência no país no ano seguinte. Foram testados o *market share* do banco (definido aqui como proporção entre ativos totais do banco e ativos totais de todos os bancos, estrangeiros ou não, no período) e o número de agências do banco. Esta última variável, além de transmitir escala, também reflete a capilaridade do banco. Nenhuma das duas mostrou-se relevante.

As características macroeconômicas do Brasil e do mundo, que afetam todos os bancos, também não se mostrou relevante na entrada e permanência do banco no Brasil. Como discutido posteriormente, tal resultado é compatível com parte da literatura, como Peria et. al (2002), que argumenta que os bancos-mãe apoiam suas subsidiárias estrangeiras, especialmente durante crises, permitindo que sejam resilientes sob choques econômicos adversos.

Por fim, as características macroeconômicas do país de origem do banco são significativas para explicar a entrada e permanência dos bancos estrangeiros no Brasil no formato mais simples dos modelos testados. O crescimento do PIB do país de origem parece aumentar a probabilidade de o banco estrangeiro entrar/permanecer no Brasil e o nível de desenvolvimento financeiro deste país parece ter efeito contrário. No entanto, quando o efeito fixo de tempo foi acrescentado, as duas deixam de ser significativas. O controle para choques que afetam todos os países e bancos ao mesmo tempo parece ser mais relevante do que o crescimento econômico do país de origem e do nível de desenvolvimento financeiro.

Este trabalho é dividido como segue. A Seção 2 faz uma revisão da literatura existente. As Seções 3 e 4 detalham os dados e a metodologia utilizados, respectivamente. A Seção 5 trata da análise dos resultados. Por fim, a Seção 6 traz as principais conclusões do estudo.

2. Revisão de literatura

Existem duas correntes de literatura que são relevantes para este estudo, (i) aquelas que comparam a eficiência de bancos estrangeiros com a eficiência de bancos domésticos em diversos países, e (ii) aquelas que estudam a entrada de bancos estrangeiros após período de desregulamentação do sistema.

2.1 Estudos internacionais de eficiência de bancos estrangeiros

Passivo do estrangeiro, também conhecido como *liability of foreignness*, consiste em custos de fazer negócios no exterior que resultam em uma desvantagem competitiva para uma subunidade multinacional, amplamente definido como todos os custos adicionais que uma empresa operando em um mercado no exterior incorre que uma empresa local não incorreria.

Miller e Parkhe (2002) realizaram um teste empírico em 13 países sobre o passivo de estrangeiros no setor bancário global. Os resultados apoiam fortemente a hipótese de desvantagem quando uma empresa opera fora de seu país de origem. Além disso, os dados mostram algumas evidências de que a *X-efficiency* de um banco estrangeiro é fortemente influenciada pela competitividade de seu país de origem e do país anfitrião em que opera. Os resultados sugerem que a competitividade do país de origem e do país anfitrião influencia a capacidade de um banco estrangeiro de competir com outros bancos de propriedade estrangeira e com os rivais do país anfitrião.

Claeys e Hainz (2007) estudam como os diferentes modos de entrada afetam a taxa de juros estabelecida pelos bancos estrangeiros e domésticos. O modelo captura duas características essenciais da concorrência bancária em mercados emergentes: os bancos domésticos possuem informações privadas sobre seus clientes incumbentes e os bancos estrangeiros têm melhores habilidades de triagem. O modelo prevê que a concorrência é mais forte se a entrada estrangeira ocorre através de um investimento *greenfield* e as taxas de juros dos bancos domésticos são, portanto, menores.

A diferença crucial entre bancos estrangeiros e domésticos, segundo o estudo, reside na sua capacidade de obter informações sobre o mercado de crédito. Os bancos domésticos obtêm informações sobre empresas já estabelecidas durante um relacionamento comercial anterior. Assim, eles possuem uma vantagem de incumbência. No entanto, no meio estudado (países emergentes do Leste Europeu), a tecnologia para triagem do banco estrangeiro é melhor do que a do banco doméstico e, portanto, o banco estrangeiro tem uma vantagem de triagem.

Degryse et. al (2012) estuda o caso da Polônia e testa duas hipóteses: que isso pode derivar da eficiência superior dos entrantes estrangeiros que eles decidem repassar aos devedores ("hipótese de desempenho"), mas também pode refletir uma alocação de empréstimo diferente em relação à transparência do devedor, vencimento do empréstimo e moeda ("hipótese de composição do portfólio"). O estudo diferencia entre bancos *greenfield* e bancos de controle (bancos estrangeiros que adquirem uma instituição doméstica existente). De fato, ambas as hipóteses, "desempenho" e "composição de portfólio", poderiam ser mais fortes para os bancos *greenfield*, porque eles têm uma maior vantagem em eficiência e uma maior desvantagem informacional em relação aos bancos nacionais e estrangeiros. Confirmam que a entrada de bancos estrangeiros por meio de investimento *greenfield* leva à realocação de empréstimos de bancos domésticos para tomadores de empréstimos menos transparentes, aumentando o risco de suas operações.

Perić et. al (2018) investiga a influência do ambiente econômico do país de origem e da condição de crédito do banco matriz sobre o risco de crédito de bancos estrangeiros nos países da Europa Central e Oriental (CEE). Os resultados sugerem que o tamanho e a rentabilidade do banco-mãe têm influências negativas, enquanto o risco de liquidez e crédito do banco-mãe influencia positivamente o risco de crédito das subsidiárias. Além disso, o crescimento do PIB no país do banco-mãe tem um efeito negativo no risco de crédito da subsidiária, enquanto a taxa de empréstimo e a liquidez no país-mãe causam um crescimento no risco de crédito. Esses resultados indicam um novo canal de transferência de risco internacional dos países do banco matriz para os países anfitriões por meio de bancos de propriedade estrangeira.

Xue e Cheng (2013) desenvolvem um modelo teórico que ajuda a explicar os comportamentos econômicos de bancos estrangeiros e mostrar que a cultura nacional é tão importante quanto as condições do mercado de crédito na determinação da participação de mercado dos bancos estrangeiros. No modelo desenvolvido, assume-se que os bancos domésticos podem distinguir os tipos de tomadores de crédito, enquanto os bancos estrangeiros não podem, mas os bancos estrangeiros têm uma tecnologia de triagem disponível para aprender sobre a qualidade dos projetos, enquanto os bancos domésticos não. O *market share* de equilíbrio dos dois tipos de bancos e a barreira de entrada dos bancos estrangeiros dependem das condições prevalentes no mercado de crédito e da cultura nacional. Analisando o caso chinês, o modelo apresenta dois resultados interessantes. Primeiro, o *market share* dos bancos estrangeiros é sempre menor que o dos bancos domésticos nos mercados emergentes. Segundo, sociedades mais diversas e heterogêneas e com número maior de empresas têm menor barreira de entrada a bancos estrangeiros durante condições desfavoráveis de mercado de crédito. Especificamente, em sociedades empresariais e heterogêneas, os bancos estrangeiros poderão aumentar seu *market share* durante os períodos de recessão nos mercados emergentes, mas não durante um próspero.

Citados por Xue e Cheng (2013), Morgan e Strahan (2004) argumentam que o banco estrangeiro pode "fechar e fugir" ao primeiro sinal de instabilidade econômica e acelerar a fuga de capitais durante uma crise. Ainda, Kroszner et al. (2007) e Dell'Ariccia et al. (2008) mostram que os bancos estrangeiros não mitigam as consequências adversas das crises bancárias locais. No entanto, Dages et al. (2000) descobre que os bancos estrangeiros até tendem a expandir sua oferta de crédito sob condições econômicas adversas de uma subamostra dos países sul-americanos.

Ashraf e Arshad (2017) trazem novas descobertas à luz da influência da cultura na presença de bancos estrangeiros. O estudo examina se o comportamento de risco de uma afiliada estrangeira de um banco multinacional é mais influenciado pela cultura nacional do país de origem ou pela cultura nacional do país anfitrião. Utilizam uma amostra de 292 afiliadas estrangeiras de bancos multinacionais operando em 66 países com bancos-mãe em 26 países para análise empírica. O estudo mede a cultura nacional dos países de origem e de

acolhimento com quatro dimensões - evitar incerteza, individualismo versus coletivismo, masculinidade versus feminilidade e distância do poder (ou distância hierárquica) - segundo a Teoria das Dimensões Culturais de Hofstede. Os resultados deste estudo fornecem evidências de que o comportamento de risco de uma afiliada estrangeira de um banco multinacional é amplamente determinado pela cultura nacional do país natal do banco-mãe, e não pela cultura nacional de seu país anfitrião. Especificamente, afiliadas estrangeiras assumem maior risco se o país de origem do banco-mãe tem baixa aversão a incertezas, alto individualismo e valores hierárquicos pouco distantes. Descobrem que a cultura nacional de um país tem pouco impacto em afiliadas estrangeiras (ou seja, bancos estrangeiros) que operam naquele país. Ao contrário, é a cultura nacional do país de origem do banco-mãe que tem influência significativa no comportamento de risco das afiliadas estrangeiras.

Citados por Ashraf e Arshad (2017), Chen e Liao (2011) examinam o impacto da estrutura do mercado bancário dos países de origem e do país anfitrião e as condições macroeconômicas nas margens de lucro de afiliadas estrangeiras de bancos multinacionais. Eles relatam que afiliadas estrangeiras são mais lucrativas quando operam em um país anfitrião cujo setor bancário é menos competitivo e que tem taxas de crescimento do PIB mais baixas e taxas de juros e inflação mais altas. Mili et al. (2017) examinam o impacto do quadro regulamentar dos países de origem e do país anfitrião sobre o índice de adequação de capital das filiais estrangeiras. Eles encontram que a estrutura regulatória do país de origem de um banco-mãe afeta a capitalização de suas subsidiárias estrangeiras nos países anfitriões. Houston et al. (2012) examinam o efeito das diferenças entre países na regulamentação dos fluxos bancários internacionais. Eles encontram fortes evidências de que os bancos transferem fundos para mercados com menos regulamentações. Ongena et al. (2013) examinam a influência dos regulamentos bancários dos países de origem e do país anfitrião nas atividades de bancos multinacionais. Eles descobriram que barreiras menores à entrada, restrições mais rígidas às atividades bancárias e exigências de capital mínimo mais altas nos mercados domésticos estão associadas a padrões mais baixos de empréstimos bancários no exterior.

Detragiache et al. (2008) realiza regressões em painel a nível de banco para testar se bancos estrangeiros têm portfólio de empréstimos de melhor qualidade (proxy pela razão entre inadimplência e ativos totais) do que bancos domésticos dentre qualquer país, e encontram resultados consistentes com a hipótese de que bancos estrangeiros têm portfólio de maior qualidade em qualquer país. O efeito negativo entre níveis de crédito privado e presença de bancos estrangeiros ocorre somente em países caracterizados por presença limitada de bancos estrangeiros e acesso custoso a informação e cumprimento de contratos. Também encontram que a relação negativa ocorre somente quando a distância entre os países é relativamente grande.

2.2 Desregulamentação e entrada de bancos estrangeiros

Gopalan (2017) estuda a relação entre entrada de bancos estrangeiros e desenvolvimento financeiro em 57 países em desenvolvimento e emergentes (EMDE) entre 1995 e 2009. Explora a importância de *income thresholds* entre os EMDE determinando a relação entre entrada de bancos estrangeiros e profundidade financeira (provisão de serviços financeiros para o maior número de famílias e firmas a custos "pagáveis") e usa medidas alternativas de profundidade financeira para tal exame. Encontra que o efeito marginal da entrada de bancos estrangeiros diminui na medida que nível de renda de um país aumenta (quanto mais rico o país, menor o impacto da entrada de bancos estrangeiros). Além de PIB per capita e entrada de bancos estrangeiros, encontra que informação do credor, corrupção, z-score (capta probabilidade de default do banco) e inflação são estatisticamente significantes. Os resultados mostram a importância de instituições sólidas que proveriam um ambiente propício para os bancos estrangeiros reforçarem a profundidade financeira.

Nas Filipinas, houve um aumento significativo na participação estrangeira no sistema financeiro nacional, particularmente depois que o governo liberalizou a entrada e o escopo das operações dos bancos estrangeiros no país em 1994. Como resultado, a participação dos bancos estrangeiros no total dos ativos subiu na segunda metade da década de 90, de 9,1% em 1995 para 14,8% em 2000, e se estabilizou no patamar de 10,2% em 2009. Manlagñit

(2017) examina os efeitos econômicos da liberalização da entrada de bancos estrangeiros nas Filipinas de 1990 a 2006. Os resultados fornecem fortes evidências sobre o domínio dos efeitos da concorrência da presença de bancos estrangeiros, que levam à redução da lucratividade e dos custos gerais dos bancos comerciais nacionais. Essas descobertas, que revelam que tanto a penetração real do mercado quanto a mera presença de bancos estrangeiros parecem exercer pressão competitiva para os bancos domésticos, implicam que os bancos estrangeiros podem servir como uma força competitiva efetiva, reduzindo os lucros excessivos dos bancos domésticos e incentivando os bancos domésticos a atualizarem suas tecnologias de produção e técnicas para melhorar sua eficiência de custo.

Do ponto de vista da política, as descobertas sobre os efeitos da concorrência dos bancos estrangeiros no sistema bancário doméstico justificam a liberalização da entrada de bancos estrangeiros nas Filipinas. As principais conclusões demonstram que o objetivo da liberalização bancária na transformação dos bancos domésticos em mais competitivos e eficientes funciona consideravelmente bem no caso das Filipinas. Além de a política de facilitar a entrada de bancos estrangeiros, as condições específicas dos bancos podem ter um impacto significativo no desempenho dos bancos domésticos. Portanto, uma melhora sustentada na eficiência dos bancos comerciais domésticos requer não apenas a liberalização da entrada de bancos estrangeiros, mas também o fortalecimento contínuo da regulamentação e supervisão prudencial no sistema bancário comercial.

Sturm e Williams (2004) estudam o período pós desregulação na Austrália entre 1988 e 2001 e encontram que bancos estrangeiros são mais eficientes do que os domésticos, mas não têm lucros maiores. Bancos grandes australianos ("Big Four") usaram tamanho como barreira de entrada, mostrando a importância da escala no setor. Claessens et al. (2001) encontra que bancos estrangeiros em nações desenvolvidas são menos lucrativos que bancos domésticos, mas o reverso ocorre para nações em desenvolvimento. Williams (2003) encontra que no caso australiano a concentração do mercado reduziu lucros estrangeiros. Berger et al. (2000) propõe duas hipóteses alternativas para explicar por que bancos domésticos são mais eficientes: *home field hypothesis (liability of foreignness)* e *global advantage hypothesis*.

Peria et. al (2002) mostra que os bancos-mãe exercem influência significativa sobre os fundamentos financeiros de suas subsidiárias estrangeiras. O resultado sugere que bancos-mãe apoiam suas subsidiárias estrangeiras, especialmente durante crises, permitindo que sejam resilientes sob choques econômicos.

Mody e Peria (2004) analisam o impacto do aumento da participação estrangeira e dos altos níveis de concentração nos spreads bancários latino-americanos durante o final dos anos 90. Os resultados sugerem que os bancos estrangeiros cobram taxas de empréstimo e spreads de juros mais baixos do que os bancos domésticos. O efeito, segundo o estudo, depende de três diferentes canais de influência: os spreads cobrados pelos bancos estrangeiros em relação aos bancos domésticos, os efeitos indiretos da presença de bancos estrangeiros nos spreads cobrados e nos custos operacionais, e a concentração no setor bancário que acompanhou entrada estrangeira. Ainda, o estudo conclui que esse efeito foi mais importante para os bancos estrangeiros que entraram através de investimento *greenfield* do que para aqueles que entraram por meio de aquisições.

Na América Latina, segundo Studart (2001), a Crise da Tequila foi o "turning point" para uma maior presença de bancos estrangeiros; especialmente na Argentina, Brasil e México. O Chile foi a primeira destas economias a passar por um processo de liberalização financeira, em 1974. Depois de alguns anos de expansão rápida de depósitos e empréstimos, crise bancária em 1981 forçou as autoridades a nacionalizar parcialmente e recapitalizar o setor. A reestruturação foi seguida por revisão da regulamentação e supervisão. O setor foi privatizado novamente em 1990. Sofreu pouco com a crise da tequila: macroeconomia não foi tanto afetada como as demais e reestruturação já acontecia há tempo mais longo.

A Argentina reformou o setor em 1977, e também foi revertido por causa de crise bancária. Só em 1989, no novo programa de estabilização (*Convertibility Plan*), que a Argentina passou por um profundo processo de liberalização e abertura. Diferentemente do Chile, a macroeconomia doméstica e externa do processo era de liquidez aumentando internacionalmente, queda de taxas de juros e EUA crescendo: aumentou o otimismo do mercado financeiro argentino e a integração do país com o mercado financeiro internacional.

O caso do México foi, em alguns aspectos, semelhante ao do Brasil. Desde a crise da Tequila, o sistema bancário doméstico esteve envolvido em um dispendioso processo de reestruturação. Apesar do bom desempenho do crescimento a partir de 1996, os empréstimos ao setor privado em dólares declinaram significativamente de 1994 a 1997. Além disso, não apenas houve uma queda substancial na porcentagem de empréstimos para o PIB a partir de 1994, mas também essa porcentagem permaneceu quase estagnada em níveis muito baixos (menos de 20%) até recentemente.

O Brasil fez uma reforma mais tardia e menos ambiciosa: em 1988 estabeleceu um sistema bancário universal. Diferente da Argentina, muito vulnerável à crise da Tequila, a crise em 1995 no sistema bancário brasileiro veio do sucesso do Plano Real, e a crise do México foi a "gota d'água". O desempenho do setor bancário do Brasil mostra algumas melhorias, mas também algumas características muito preocupantes. Em primeiro lugar, após o rápido crescimento dos empréstimos na primeira metade da década de 1990, os empréstimos ao setor privado quase estagnaram a partir de 1997 e começaram a encolher em 2000.

Em relação aos custos de empréstimo, o quadro foi ainda mais preocupante. Os *spreads* no setor bancário brasileiro já eram escandalosamente grandes antes de 1994, e de fato eles começaram a declinar após 1995. A partir de 1999, o Banco Central do Brasil (BCB) introduziu várias medidas para reduzir esses *spreads*, incluindo uma redução significativa nas exigências de reservas, redução da tributação sobre operações bancárias e um aumento na divulgação de taxas de juros cobradas por diferentes bancos.

Selecionados de diversas características do processo brasileiro, dois efeitos são discutidos por Vasconcelos e Fucidji (2002): oferta de crédito bancário (eficiência macroeconômica) e margens operacionais e de eficiência (eficiência microeconômica). O *paper* verifica, com base na dinâmica de 19 bancos, duas hipóteses frequentemente discutidas no debate sobre indústria bancária em países em desenvolvimento: 1) entrada de bancos estrangeiros nestes países promoveria um aumento no crédito bancário global; 2) bancos estrangeiros são mais eficientes do que domésticos. O *paper* conclui que tais hipóteses não são sustentadas pela experiência brasileira de 95 a 2002.

Teles (2011) corrobora este argumento. Os resultados demonstram que o caso Brasileiro foi atípico, diferindo do esperado de acordo com a teoria. A rentabilidade dos bancos brasileiros não diminuiu com a internacionalização do setor, na realidade até aumentou durante este período. Por outro lado, o estudo conclui que não houve um aumento da eficiência dos bancos nacionais em geral. Pelo contrário, os custos destes bancos aumentaram ao longo do tempo, negando a hipótese teórica de que a concorrência estrangeira os tornaria mais competitivos. No entanto, a associação analisada entre ativos e eficiência mostrou que os maiores bancos se tornaram mais eficientes durante este período.

Em suma, a eficiência de bancos estrangeiros e nacionais foram alvo de diversos estudos nas últimas décadas. É possível identificar alguns fatores em comum entre a literatura existente. De um lado, argumentos creditam o sucesso ou insucesso dos bancos ao fato de serem estrangeiros (*liability of foreignness*). Do outro, o sucesso dos bancos é relacionado à forma como eles entraram no país.

Primeiro, a literatura sugere que a eficiência do banco estrangeiro é fortemente influenciada pelas características do país anfitrião e do país de origem, como estrutura do sistema bancário, condições macroeconômicas, facilidade de obter informação do credor e corrupção, citadas por Miller e Parkhe (2002), Gopalan (2017), Chen e Liao (2011) e outros. A situação frágil do Brasil na década de 1990, portanto, pode ter papel na derrota dos bancos estrangeiros no país. Não é suficiente, no entanto, para explicar o sucesso do Santander, que também ingressou no Brasil em momento conturbado.

Há também evidência de impactos da cultura no passivo do estrangeiro, como identificado por Xue e Cheng (2013), Ashraf e Arshad (2017). Características não observáveis do país mãe e anfitrião poderiam explicar parte do fenômeno. Bancos brasileiros, como o Itaú e o Bradesco, teriam vantagem em relação aos estrangeiros pelo fato de terem maior conexão com seus clientes.

Terceiro, o papel da decisão do banco-mãe de entrar por meio de investimento *greenfield* ou compra de um banco nacional, evidenciada por Claeys e Hainz (2007), é

corroborado pelo caso latino-americano, em Mody e Peria (2004), e polonês, em Degryse et. al (2012). Em particular, a entrada no banco através de investimento *greenfield* parece trazer resultados positivos para a participação estrangeira e a eficiência do sistema bancário. Como o foco deste estudo é a análise de bancos estrangeiros que entraram no país por meio de compra de um banco nacional, a avaliação deste ponto não será futuramente desenvolvida.

Por fim, estudos mostram a importância da escala no setor. O caso australiano chama atenção para o tamanho dos bancos domésticos como barreira de entrada aos bancos estrangeiros, em Sturm e Williams (2004) e Williams (2003). Ainda, na América Latina, Mody e Peria (2004) argumenta que a concentração bancária que acompanhou a entrada estrangeira é positiva e diretamente relacionada a spreads e custos mais altos. Uma escala maior do banco estrangeiro na entrada pode ter forte relação com seu desempenho futuro. A alta concentração do sistema bancário brasileiro leva a acreditar que este ponto é fundamental para a análise. No Brasil, Telles 2011 encontra que apenas bancos maiores tornaram-se mais eficientes no período pós internacionalização. O Santander, por ter entrado por meio da compra de um banco maior, teria então vantagem sobre os demais desde a entrada.

3. Dados

A principal fonte de dados desse estudo é a base de dados de instituições financeiras do Banco Central do Brasil, IF data, para Conglomerados Financeiros e Instituições Independentes. As variáveis foram retiradas do arquivo “Resumo”, que contém as principais informações sobre as instituições, para o último trimestre de cada ano, de 1995 a 2018. O foco do estudo serão os 40 maiores Bancos Comerciais (“b1”) de controle estrangeiro (Tipo de Controle = 3 para depois de 2000, e TC = 4 para antes de 2000).

O desafio de se analisar o banco de dados do Banco Central do Brasil é que muitos bancos mudam de nome ao longo do tempo, apesar de manterem o mesmo CNPJ. Neste caso, decidiu-se por padronizar o nome do banco de forma a analisá-lo como um único “indivíduo”. A amostra completa de bancos comerciais e estrangeiros do período, removidas as duplicatas, inclui 185 bancos. No entanto, devido a diferenças de espaçamento (principalmente nos arquivos mais antigos) e a essas mudanças nos nomes dos bancos, foi necessário realizar uma limpeza rigorosa dos dados para evitar que a mudança de nome fosse interpretada como uma saída de um banco e entrada de outro quando, na verdade, tratava-se de uma continuidade do mesmo banco. Perde-se, com isso, a análise de possíveis pequenas mudanças estruturais do banco ao mudar o nome.

Para bancos estrangeiros que se fundiram na criação de um novo banco, não realizei a mesma limpeza. Como um novo CNPJ foi criado, assumi no estudo que o banco resultante da fusão é uma nova instituição independente das anteriores, mesmo que os dois bancos não tenham saído do país. Exemplos famosos são a fusão do JP Morgan com o Chase e a fusão do Bank of America com o Merrill Lynch. Em ambos os casos, os dois bancos atuavam no Brasil antes da fusão.

Depois, selecionei um subconjunto reduzido da base de dados para a análise. Primeiro, retirei os bancos que aparecem apenas uma ou duas vezes na amostra. Além de trazerem pouco benefício econométrico, podem ser um erro da base de dados antiga. Um exemplo é o Mitsubishi, que aparece apenas em 1995 e com *market share* de menos de 0,05%. Outro exemplo é o BCO BFB (Banco Francês Brasileiro), que aparece apenas em

1995 e possui 0.2% de *market share*. Ele foi comprado pelo Itaú em julho de 1995 e, portanto, não ficou nem um ano completo dentro do horizonte deste estudo. O resultado é uma amostra de 113 bancos, por um período de 24 anos.

Segundo, selecionei os 30 maiores bancos, pelo critério de *market share* máximo que eles atingiram no período. A vantagem de focar nos principais bancos comerciais é a possibilidade de uma análise mais detalhada de cada um, inclusive do país de origem. Ainda, filtra-se bancos que pouco agregam para o estudo, como bancos ligados a concessionárias de automóveis. Por outro lado, perde-se um grande número de observações.

Como era de se esperar, após a liberalização do sistema bancário brasileiro houve um aumento rápido do *market share* dos bancos estrangeiros. Em 1995, 2.5% dos ativos totais do sistema estavam concentrados em bancos de controle estrangeiro. Em 2000, os bancos de controle estrangeiro detinham 26% dos ativos totais. No entanto, nota-se que essa proporção começa a cair a partir de 2001, e os bancos estrangeiros aos poucos perdem espaço para os bancos domésticos privados e públicos.

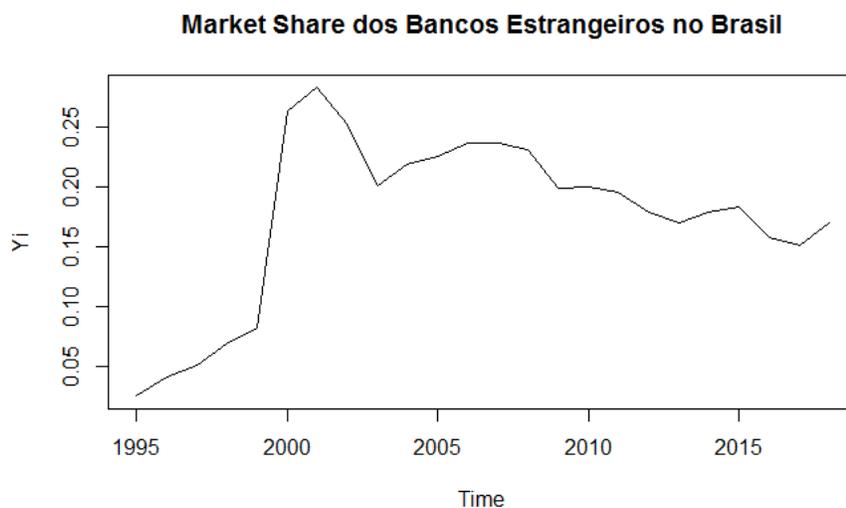


FIGURA 1: MARKET SHARE DOS BANCOS ESTRANGEIROS NO BRASIL

O movimento é o mesmo para o número de bancos estrangeiros no Brasil em cada ano. De 1995 a 1999 há aumento do número de bancos estrangeiros que atuam no Brasil,

como era esperado após a mudança regulatória do sistema bancário. Em 1995, apenas 27 bancos estrangeiros atuavam no país (23% do total de bancos que atuaram no país no período analisado), aumentando para 50 em 1999 (43% do total). A partir de então, este número começa a cair, para se estabilizar em uma média de 39 bancos nos últimos 10 anos.

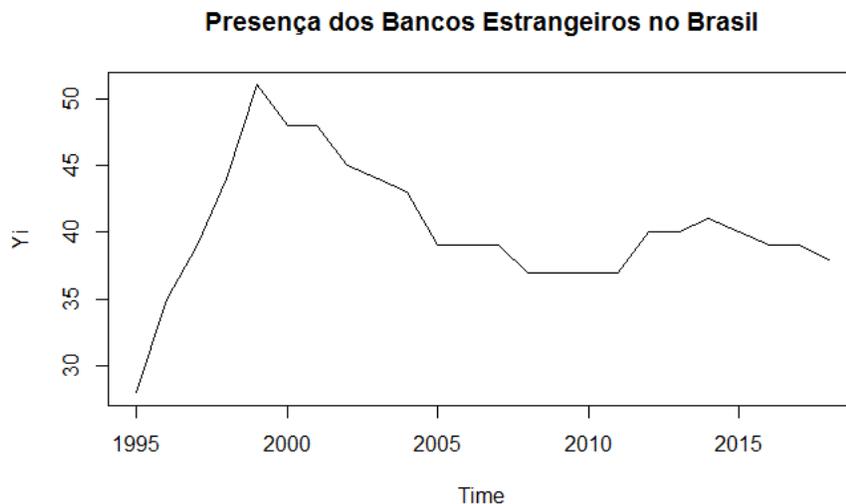


FIGURA 2: PRESENÇA DOS BANCOS ESTRANGEIROS NO BRASIL

Vale notar, na base de dados completa, com 113 instituições, há uma grande discrepância no tempo de permanência de cada banco no Brasil. 60% da amostra atuou no Brasil por menos de 8 anos, e 20% atuou por mais de 16 anos. A mediana da amostra é um tempo de atuação no Brasil de apenas 6 anos.

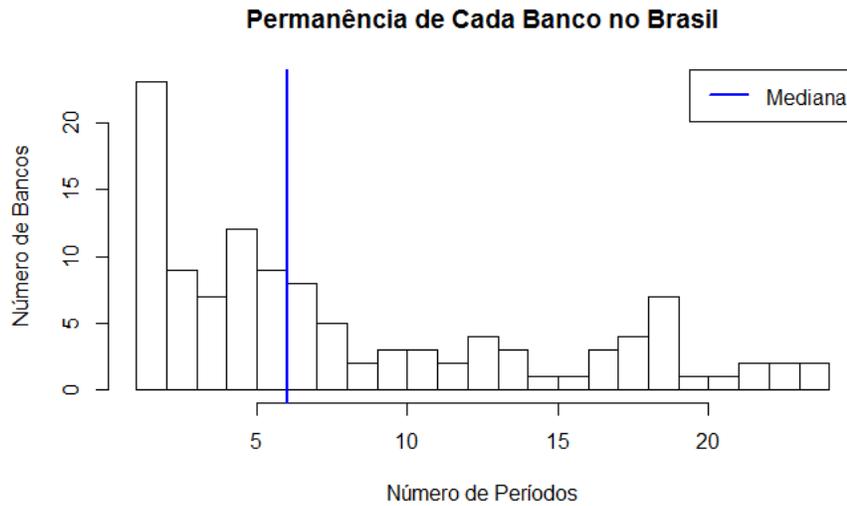


FIGURA 3: PERMANÊNCIA DE CADA BANCO NO BRASIL

Uma análise da distribuição por quantil do *market share* máximo dos bancos analisados evidencia a presença de muitos bancos pequenos e grande contraste entre esses bancos e os maiores. A maior parte dos bancos não atinge 0.01% de *market share* em nenhum período analisado, enquanto poucos atingem mais de 5% de *market share*. Como argumentado anteriormente, esses bancos pequenos pouco contribuem para o objetivo deste trabalho. O exame desta distribuição corrobora, portanto, a decisão de utilizar um subconjunto reduzido de bancos.

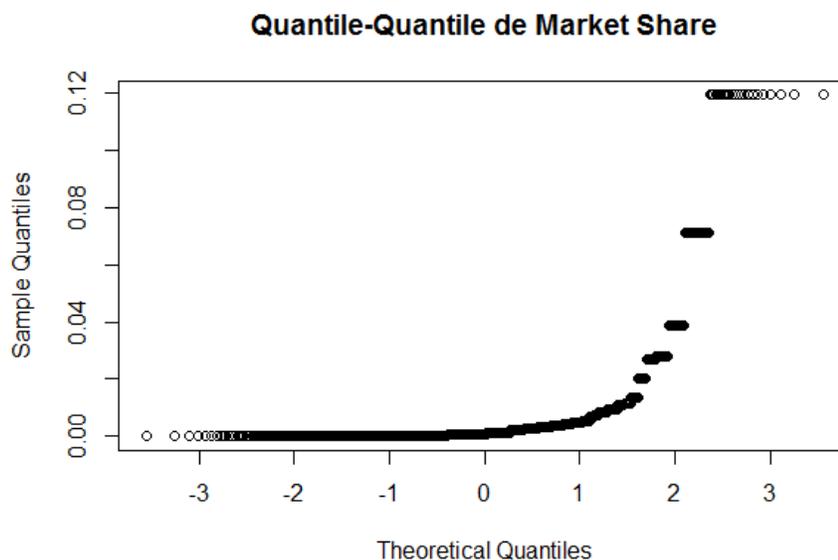


FIGURA 4: QUANTILE-QUANTILE DE MARKET SHARE

Também utilizei a base de dados do World Development Indicators, com dados do World Bank national accounts e OECD national accounts, atualizada pela última vez no dia 24 de abril de 2019. A base é composta pelo crescimento do PIB de 264 países e regiões, para os anos de 1961 a 2017. A variável principal é a taxa de crescimento anual do PIB a preços do mercado baseado na moeda local constante. Agregados por regiões são construídos com dólares constantes de 2010.

A variável dependente principal, y_i , será uma *dummy* igual a 1 no período em que aquele banco estrangeiro atuou no Brasil como banco comercial, independente do tamanho total dos ativos que ele possuía.

Dois conjuntos de variáveis explicativas serão utilizados, com base na literatura existente. O primeiro, com o objetivo de analisar a influência de característica macroeconômicas, será o crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil, do país sede e do mundo para cada ano, $Brazil_t$, PIB_{it} e $World_t$. O segundo, com o objetivo de analisar a influência da escala do banco, será o *market share* do banco i , $mktshare_{it}$, no ano anterior e o número de agências do banco, $N_{Agências_{it}}$, no período anterior. Esta última, além de indicar escala, traz informações também quanto à capilaridade do banco.

Além disso, o *market share* máximo que o banco atingiu durante sua permanência no Brasil, *mktmax* e a soma de períodos que o banco atuou no Brasil, *Soma*, foram utilizados como medida de corte da amostra. Conforme dito anteriormente, são analisados apenas bancos que permaneceram no Brasil por mais de dois anos, e que estão dentre os 30 maiores bancos pelo critério de *market share* máximo.

Abaixo, segue tabela descritiva das variáveis utilizadas. São 24 períodos (1995 a 2018) e 30 instituições bancárias analisadas, totalizando 720 observações. A média da variável dependente é 0.535, ou seja, no geral, os bancos em questão atuam no Brasil, em média, 53,5% do tempo. O *market share* dessas instituições varia de 0 a 11,9%.

Tabela 1 - Estatísticas Descritivas

Statistic	N	Mean	St. Dev.	Min	Pctl(25)	Pctl(75)	Max
Y	720	0,535	0,499	0	0	1	1
Soma	720	12,833	7,453	3	5	19	24
mktshare	720	0,005	0,015	0	0	0,003	0,119
mktmax	720	0,015	0,024	0,003	0,004	0,012	0,119
Brazil	720	2,375	2,631	-3,546	0,924	4,078	7,528
PIB	720	2,195	2,269	-5,619	1,118	3,331	14,231
World	720	2,992	1,242	-1,741	2,576	3,734	4,392
Número de Agências	720	56,774	264,860	0	0	3	2.763

TABELA 1: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

4. Metodologia

Por se tratar de uma variável dependente binária em painel, o modelo utilizado será um modelo de probabilidade linear. O objetivo de tal modelo é aplicar um método de dados em painel em uma variável dependente binária, e, portanto, estimar a mudança marginal na probabilidade de uma observação se enquadrar na condição 1 (atuar no Brasil) ou na condição 0 (não atuar no Brasil) no período t dadas as variáveis explicativas.

Considere a variável dependente binária y_{it} , conforme definida acima. O modelo descrito será:

$$y_{it} = \beta_0 + \beta_1 y_{it-1} + \beta_2 x_{it} + \alpha_i + \alpha_t + u_{it}$$

onde β é um vetor de parâmetros a serem estimados, x_{it} é um vetor de variáveis explicativas, α_i é um efeito fixo de indivíduo, α_t é um efeito fixo de tempo, e u_{it} é um termo de erro.

A variável dependente do modelo será uma dummy igual a 1 no período em que aquele banco estrangeiro atuou no Brasil como banco comercial e igual a 0 caso contrário. Depois, uma segunda variável dependente será testada, Y_{2i} , uma dummy igual a 1 se o *market share* do banco naquele período foi superior a 0.005%, e igual a 0 se o *market share* foi inferior ou igual a 0.005% ou se o banco não atuou no período.

Dois conjuntos de variáveis explicativas serão utilizados, com base na literatura existente. O primeiro, com o escopo de analisar a influência da escala do banco, será o *market share* defasado do banco i no ano anterior, $mktshare_{it-1}$, e o número de agências defasado do banco, $Nagências_{it}$. Esta última, além de indicar escala, traz informações também quanto à capilaridade do banco. A defasagem das variáveis foi escolhida pois o intuito é avaliar se a escala do banco em determinado período influencia a decisão de permanência no período seguinte, isto é, se a escala contribui para que o banco tenha sucesso no país. Neste caso, a escala do banco no período corrente traz pouca informação, uma vez que o simples fato de o banco estar presente já significa que sua escala é maior do que zero em ambas as métricas utilizadas.

O segundo conjunto de variáveis tem como o objetivo de analisar a influência de característica macroeconômicas. Utiliza-se o crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e do mundo, $Brazil_t$ e $World_t$, que afetam todos os bancos. Depois, testa-se o crescimento do país sede do banco estrangeiro, PIB_{it} , e o Índice de Desenvolvimento Financeiro do país-sede, FDI_{it} . Por fim, serão testados esses dois grupos de variáveis conjuntamente.

5. Análise dos resultados

Neste capítulo serão apresentados os resultados das regressões descritas anteriormente. A seção 5.1 desenvolverá o papel da escala na entrada e permanência do banco estrangeiro no Brasil. A seção 5.2 analisará as características macroeconômicas domésticas, globais e do país sede dos bancos. Por fim, a seção 5.3 analisará as variáveis conjuntamente, com o objetivo de consolidar os resultados encontrados nas seções anteriores.

Para cada uma das variáveis explicativas do modelo descrito no capítulo anterior, realiza-se uma análise conjunta com as demais. Será testado primeiro um modelo *one way*, que incorpora somente o efeito fixo de indivíduo (banco). Depois, será testado o modelo *two ways*, que inclui efeito fixo de indivíduo e de tempo. A vantagem do efeito fixo de tempo é captar choques macroeconômicos que afetam todos os países e bancos ao mesmo tempo.

5. 1. Escala

A Tabela 2 traz o primeiro conjunto de resultados do estudo. As colunas (1) e (2) são resultado da regressão mais simples, sem incluir x_{it} , as variáveis explicativas. O coeficiente da variável explicativa defasada é estatisticamente significativo, para o nível de significância de 1%, e posteriormente veremos que o resultado se sustenta incluindo x_{it} . Em particular, estar presente no período anterior aumenta a probabilidade de estar presente no período corrente em 75 pontos percentuais. Esta variável e os efeitos fixos já explicam aproximadamente 60% da variância da variável dependente, segundo o R^2 ajustado da regressão. Dando um passo à frente, as duas variáveis de escala foram testadas.

Tabela 2 - Resultados

Dependent variable:						
	Y					
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
lag(Y)	0,751*** (0,023)	0,759*** (0,024)	0,760*** (0,024)	0,763*** (0,025)	0,756*** (0,024)	0,761*** (0,024)
lag(mktshare)			-1,326 (1,032)	-0,678 (1,061)		
lag(NAgencia)					-0,00004 (0,00004)	-0,00002 (0,00004)
E.F. de Indivíduo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
E.F. de Tempo		Sim		Sim		Sim
Observations	690	690	690	690	690	690
R2	0,611	0,615	0,612	0,615	0,612	0,615
Adjusted R2	0,593	0,584	0,594	0,583	0,593	0,583

Note: *p<0,1; **p<0,05; ***p<0,01

TABELA 2: RESULTADOS DE ESCALA

Primeiro foi testada a importância do *market share* do banco no período, e o resultados seguem nas colunas (3) e (4). Esta variável não mostrou-se relevante. Ao contrário do esperado, o *market share* do banco no período anterior não aumenta a probabilidade de ele estar presente no momento. Incluindo o efeito fixo de tempo, ou seja, controlando para choques que afetam todos os bancos e países ao mesmo tempo, o resultado permanece não-significativo.

A importância da escala do banco também é testada com a inclusão do número de agências do banco, e o resultado segue nas colunas (5) e (6). Além de indicar escala, o número de agências do banco indica também sua capilaridade. O resultado sugere que o número de agências do banco no período anterior não influencia a sua decisão de permanecer ou não no país. O resultado não é estatisticamente significativo mesmo quando o efeito fixo de tempo é adicionado. Mesmo controlado para choques que afetam todos os bancos no período, o número de agências do banco não afeta a probabilidade de ele estar presente.

A Tabela 3, abaixo, traz os resultados da inclusão conjunta das duas variáveis de escala utilizadas neste trabalho. Ratifica-se que a escala do banco no período anterior não influencia

diretamente sua decisão de permanecer no Brasil. O *market share* do banco dois anos antes tem efeito negativo e significativo na entrada/permanência do banco, mas tal efeito deixa de ser relevante ao incluir efeito fixo de tempo na análise.

Tabela 3 - Resultados

Dependent variable:				
	Y			
	(1)	(2)	(3)	(4)
lag(Y)	0,760*** (0,024)	0,760*** (0,025)	0,763*** (0,025)	0,761*** (0,026)
lag(NAgencia)	-0,000003 (0,0001)	-0,00003 (0,0001)	-0,00001 (0,0001)	-0,00003 (0,0001)
lag(NAgencia, 2)		0,0001 (0,0001)		0,00004 (0,0001)
lag(mktshare)	-1,270 (1,550)	1,268 (2,240)	-0,545 (1,618)	0,646 (2,315)
lag(mktshare, 2)		-3,854* (2,143)		-2,337 (2,225)
E.F. de Indivíduo	Sim	Sim	Sim	Sim
E.F. de Tempo			Sim	Sim
Observations	690	660	690	660
R2	0,612	0,604	0,615	0,606
Adjusted R2	0,593	0,583	0,583	0,571

Note: *p<0,1; **p<0,05; ***p<0,01

TABELA 3: RESULTADOS DE ESCALA

5. 2. Características macroeconômicas

Seguindo a indicação de Perić et. al (2018), Chen e Liao (2011) e Mili et al. (2017), testa-se o efeito de variáveis características do país-sede dos bancos, cuja relevância é defendida por esses autores. Em Perić et. al (2018), o crescimento econômico do país-sede aparece como determinante do risco de crédito da subsidiária; em particular, reduzindo o risco de crédito. A tabela 4 resume os resultados.

O crescimento do PIB do Brasil e do mundo são significativos, testados separado ou conjuntamente, colunas (1) a (3). Uma possível explicação para este resultado, em linha com

o resultado encontrado por Peria et. al (2002), é que bancos-mãe apoiam suas subsidiárias estrangeiras, especialmente durante crises, permitindo que sejam resilientes sob choques econômicos adversos.

Por outro lado, Chen e Liao (2011) relatam que afiliadas estrangeiras são mais lucrativas quando operam em um país anfitrião cujo setor bancário é menos competitivo e que tem taxas de crescimento do PIB mais baixas e taxas de juros e inflação mais altas. Não identifica-se esse efeito no caso brasileiro, no período analisado.

Observa-se, na coluna (4), que o crescimento do país de origem aumenta a probabilidade de o banco atuar no Brasil no período. Uma possível explicação para este resultado é que quando o país de origem passa por um período de mais crescimento econômico, há mais interesse e capital para investir em filiais estrangeiras.

O Índice de Desenvolvimento Financeiro, por sua vez, também é significativo a 10%. Curiosamente, o resultado, estatisticamente diferente de zero, é negativo, sugerindo que desenvolvimento financeiro no país de origem reduz a probabilidade de aquele banco atuar no Brasil. Caso o país sede tenha 1 ponto a mais de desenvolvimento financeiro, a probabilidade de o banco atuar no país no ano corrente diminui em 25,3 pontos percentuais.

Ao contrário do resultado obtido quando o efeito fixo de tempo não foi acrescentado, o crescimento do PIB do país sede e o FDI não são significativos ao nível de 10% nesta nova formulação. O controle para choques que afetam todos os países e bancos ao mesmo tempo absorve a influência do crescimento econômico do país de origem e do nível de desenvolvimento financeiro.

Tabela 4 - Resultados

=====							
Dependent variable:							
	(1)	(2)	(3)	Y (4)	(5)	(6)	(7)

lag(Y)	0,751*** (0,023)	0,752*** (0,023)	0,751*** (0,023)	0,742*** (0,024)	0,752*** (0,025)	0,741*** (0,025)	0,745*** (0,025)
Brazil	-0,0001 (0,003)		-0,001 (0,004)				
World		0,005 (0,007)	0,007 (0,008)				
PIB				0,009* (0,005)	0,001 (0,009)		
FDI						-0,253* (0,150)	0,014 (0,200)

E.F. de Indivíduo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
E.F. de Tempo					Sim		Sim
Observations	690	690	690	660	660	630	630
R2	0,611	0,611	0,611	0,604	0,607	0,597	0,599
Adjusted R2	0,593	0,593	0,592	0,585	0,573	0,576	0,563
=====							
Note:	*p<0,1; **p<0,05; ***p<0,01						

TABELA 4: RESULTADOS DE CARACTERÍSTICAS MACROECONÔMICAS

A Tabela 5 resume os resultados obtidos pela união das variáveis de características macroeconômicas. O crescimento do PIB e o Índice de Desenvolvimento Financeiro do país sede, juntos, não são significativos. Testa-se também o efeito de variáveis do país sede com o PIB do Brasil e do mundo, e novamente o PIB do Brasil e do Mundo não parecem afetar a entrada e permanência de um banco estrangeiro no Brasil.

Tabela 5 - Resultados

Dependent variable:					
	Y				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
lag(Y)	0,738*** (0,025)	0,744*** (0,026)	0,740*** (0,025)	0,741*** (0,024)	0,736*** (0,025)
PIB	0,008 (0,005)	0,002 (0,009)		0,011 (0,008)	0,011 (0,008)
Brazil			-0,002 (0,004)	-0,001 (0,004)	-0,001 (0,004)
World			0,008 (0,008)	-0,003 (0,012)	-0,004 (0,012)
FDI	-0,216 (0,152)	0,015 (0,200)	-0,233 (0,152)		-0,210 (0,153)
E.F. de Indivíduo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
E.F. de Tempo		Sim			
Observations	630	630	630	660	630
R2	0,599	0,599	0,598	0,605	0,599
Adjusted R2	0,577	0,562	0,575	0,584	0,576

Note: *p<0,1; **p<0,05; ***p<0,01

TABELA 5: RESULTADOS DE CARACTERÍSTICAS MACROECONÔMICAS

5.3. Resultado consolidado

A Tabela 6 resume os resultados finais. O *lag* da variável dependente é positivo e significativo em todas as formulações. No entanto, nenhuma das variáveis independentes parece explicar bem o que aconteceu com os bancos estrangeiros no Brasil desde a liberalização, em 1995. Assim como Vasconcelos e Fucidji (2002) e Teles (2011), os resultados deste estudo mostram que o caso Brasileiro foi atípico, diferindo do esperado de acordo com a teoria.

Tabela 6 - Resultados

Dependent variable:											
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	Y (6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
lag(Y)	0,749*** (0,025)	0,747*** (0,026)	0,743*** (0,026)	0,741*** (0,026)	0,743*** (0,026)	0,741*** (0,025)	0,756*** (0,026)	0,749*** (0,026)	0,749*** (0,027)	0,749*** (0,027)	0,741*** (0,025)
lag(mktshare)	-0,928 (1,577)	-0,793 (1,609)	-0,593 (1,614)	-0,587 (1,617)	-0,861 (1,134)		-0,413 (1,640)	-0,409 (1,665)	-0,406 (1,667)	-0,751 (1,152)	
lag(NAgencia)	-0,00001 (0,0001)	-0,00002 (0,0001)	-0,00002 (0,0001)	-0,00001 (0,0001)		-0,00003 (0,00005)	-0,00001 (0,0001)	-0,00002 (0,0001)	-0,00002 (0,0001)		-0,00003 (0,00005)
PIB	0,008 (0,005)		0,008 (0,005)	0,010 (0,008)	0,008 (0,005)	0,008 (0,005)	0,00002 (0,009)		0,001 (0,009)	0,002 (0,009)	0,008 (0,005)
Brazil				-0,001 (0,004)							
World				-0,003 (0,012)							
FDI		-0,220 (0,154)	-0,194 (0,155)	-0,189 (0,156)	-0,193 (0,155)	-0,203 (0,153)		0,035 (0,203)	0,035 (0,203)	0,034 (0,203)	-0,203 (0,153)
E.F. de Indivíduo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
E.F. de Tempo							Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Observations	660	630	630	630	630	630	660	630	630	630	630
R2	0,605	0,598	0,599	0,599	0,599	0,599	0,607	0,599	0,599	0,599	0,599
Adjusted R2	0,584	0,576	0,576	0,575	0,577	0,577	0,572	0,562	0,561	0,562	0,577

TABELA 6: RESULTADOS CONSOLIDADOS

6. Conclusão

O Brasil é um caso atípico de entrada de bancos estrangeiros, em comparação com a literatura detalhada na seção 2.2. O total de ativos do sistema concentrado na mão de bancos de controle estrangeiro aumentou de 2.5% em 1995 para 26% em 2000, seguindo a tendência esperada após a liberalização. No entanto, essa proporção começa a diminuir a partir de 2001, e bancos estrangeiros aos poucos perdem espaço para bancos domésticos privados e públicos. O mesmo ocorre para o número total de bancos de controle estrangeiro no país.

À luz desse fato, este trabalho busca causas que determinam a entrada e a permanência de um banco estrangeiro no Brasil. Em particular, seguindo sugestões da literatura existente, avalio se escala e características macroeconômicas do Brasil e do país-sede dos bancos explicam o comportamento atípico do Brasil, onde grande parte dos bancos não teve sucesso e alguns poucos sim.

A primeira conclusão desta pesquisa é que a escala do banco estrangeiro parece ter pouca influência na sua decisão de permanecer no Brasil, ao contrário do que a literatura sugere. Nem o *market share* do banco nem o número de agências possuem impacto significativamente diferente de zero na presença do banco estrangeiro no país. Uma possível justificativa para esse resultado é que a presença de bancos domésticos de grande escala é relevante para o sucesso do banco estrangeiro, e não o tamanho do próprio banco estrangeiro. O caso australiano chama atenção para o tamanho dos bancos domésticos como barreira de entrada aos bancos estrangeiros, em Sturm e Williams (2004) e Williams (2003).

Em relação ao crescimento econômico do Brasil e do mundo, estes também não explicam o sucesso dos bancos estrangeiros no país no período analisado. Recorro a um argumento de Pería et. al (2002) para interpretar este resultado: bancos-mãe apoiam subsidiárias estrangeiras, especialmente durante crises, permitindo que sejam resilientes sob choques econômicos adversos. Este resultado contrasta com o encontrado por Chien e Liao (2011), que relata que filiais estrangeiras são mais lucrativas quando operam em país com taxas do crescimento do PIB menores.

Características do país de origem do banco parecem ter mais impacto sobre o sucesso da filial no Brasil. O crescimento do PIB do país de origem aumenta a probabilidade de o banco atuar no Brasil naquele período, enquanto maior desenvolvimento financeiro tem efeito oposto. No entanto, quando controlado para choques macroeconômicos que afetam todos os países ao mesmo tempo, através do efeito fixo de tempo, tais variáveis deixam de ser relevantes. A principal conclusão tirada é que esses choques globais têm mais impacto na probabilidade de o banco atuar no Brasil do que características específicas de seus países de origem.

Por fim, comparando todas as variáveis explicativas em conjunto, encontra-se novamente que elas não são determinantes da probabilidade de o banco atuar no Brasil. Assim como encontrado por Vasconcelos e Fucidji (2002) e Teles (2011), os resultados mostram que o Brasil de fato é um caso atípico no que tange a entrada de bancos estrangeiros.

Vale notar, a variável dependente defasada e o efeito fixo de banco e de tempo explicam aproximadamente 60% da variância do modelo. O fato de o banco estar presente no período anterior aumenta entre 74 e 76 pontos percentuais a probabilidade de ele estar presente no período corrente, a depender da especificação. Pode ser que características não observáveis dos bancos, ou outras características observáveis não testadas neste estudo, consigam explicar o caso brasileiro.

7. Referências Bibliográficas

ASHRAF, Badar Nadeem; ARSHAD, Sidra. Foreign bank subsidiaries' risk-taking behavior: Impact of home and host country national culture. **Research in International Business and Finance**, v. 41, p. 318-335, 2017.

BERGER, Allen N. et al. Globalization of financial institutions: Evidence from cross-border banking performance. **Brookings-Wharton papers on financial services**, v. 2000, n. 1, p. 23-120, 2000.

CHEN, Sheng-Hung; LIAO, Chien-Chang. Are foreign banks more profitable than domestic banks? Home-and host-country effects of banking market structure, governance, and supervision. **Journal of Banking & Finance**, v. 35, n. 4, p. 819-839, 2011.

CLAESSENS, Stijn; DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; HUIZINGA, Harry. How does foreign entry affect domestic banking markets? **Journal of Banking & Finance**, v. 25, n. 5, p. 891-911, 2001.

CLAEYS, Sophie; HAINZ, Christa. Acquisition versus greenfield: The impact of the mode of foreign bank entry on information and bank lending rates. 2007.

DAGES, B. Gerard; GOLDBERG, Linda S.; KINNEY, Daniel. Foreign and domestic bank participation in emerging markets: Lessons from Mexico and Argentina. 2000.

DEGRYSE, Hans et al. Foreign bank entry, credit allocation and lending rates in emerging markets: Empirical evidence from Poland. **Journal of Banking & Finance**, v. 36, n. 11, p. 2949-2959, 2012.

DELL'ARICCIA, Giovanni; DETRAGIACHE, Enrica; RAJAN, Raghuram. The real effect of banking crises. **Journal of Financial Intermediation**, v. 17, n. 1, p. 89-112, 2008.

DETRAGIACHE, Enrica; TRESSEL, Thierry; GUPTA, Poonam. Foreign banks in poor countries: theory and evidence. **The Journal of Finance**, v. 63, n. 5, p. 2123-2160, 2008.

GOPALAN, Sasidaran. Does foreign bank entry contribute to financial development? Examining the role of income thresholds. **Development Policy Review**, v. 36, p. O954-O983, 2018.

HOUSTON, Joel F.; LIN, Chen; MA, Yue. Regulatory arbitrage and international bank flows. **The Journal of Finance**, v. 67, n. 5, p. 1845-1895, 2012.

KROSZNER, Randall S.; LAEVEN, Luc; KLINGEBIEL, Daniela. Banking crises, financial dependence, and growth. **Journal of financial Economics**, v. 84, n. 1, p. 187-228, 2007.

MANLAGÑIT, Maria Chelo V. The economic effects of foreign bank presence: Evidence from the Philippines. **Journal of International Money and Finance**, v. 30, n. 6, p. 1180-1194, 2011.

MILLER, Stewart R.; PARKHE, Arvind. Is there a liability of foreignness in global banking? An empirical test of banks' X-efficiency. **Strategic Management Journal**, v. 23, n. 1, p. 55-75, 2002.

MILI, Mehdi et al. Determinants of the capital adequacy ratio of foreign banks' subsidiaries: The role of interbank market and regulation. **Research in international business and finance**, v. 42, p. 442-453, 2017.

MODY, Ashoka; PERIA, Maria Soledad Martinez. How foreign participation and market concentration impact bank spreads: evidence from Latin America. World Bank Publications, 2004.

MORGAN, Donald P.; RIME, Bertrand; STRAHAN, Philip E. Bank integration and state business cycles. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 119, n. 4, p. 1555-1584, 2004.

ONGENA, Steven; POPOV, Alexander; UDELL, Gregory F. "When the cat's away the mice will play": does regulation at home affect bank risk-taking abroad?. **Journal of Financial Economics**, v. 108, n. 3, p. 727-750, 2013.

PERIA, Maria Soledad Martinez; POWELL, Andrew; VLADKOVA-HOLLAR, Ivanna. Banking on foreigners: the behavior of international bank claims on Latin America, 1985-2000. **IMF Staff Papers**, v. 52, n. 3, p. 430-461, 2005.

PERIĆ, Blanka Škrabić; SMILJANIĆ, Ana Rimac; ALJINOVIĆ, Zdravka. Credit risk of subsidiaries of foreign banks in CEE countries: Impacts of the parent bank and home country economic environment. **The North American Journal of Economics and Finance**, 2018.

STUDART, Rogério. THE BANKING SYSTEM AND CREDIT IN ARGENTINA, BRAZIL, CHILE, AND MEXICO: THE CHALLENGES OF STABILITY AND GROWTH. In: conference on “**Domestic Finance and Global Capital in Latin America**” organised by the **Latin America Research Group Research Department, Federal Reserve Bank of Atlanta, Miami, Florida, November. 2001.**

STURM, Jan-Egbert; WILLIAMS, Barry. Foreign bank entry, deregulation and bank efficiency: Lessons from the Australian experience. **Journal of Banking & Finance**, v. 28, n. 7, p. 1775-1799, 2004.

TELES, Andrea Sequeira. Banking internationalization in Latin America: the Brazilian case, 1997-2007 a panel analysis. 2011. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Economia e Gestão.

VASCONCELOS, Marcos Roberto; FUCIDJI, José Ricardo. Foreign entry and efficiency: evidence from the Brazilian banking industry. **State University of Maringá, Brazil**, 2002.

WILLIAMS, Barry. Domestic and international determinants of bank profits: Foreign banks in Australia. **Journal of Banking & Finance**, v. 27, n. 6, p. 1185-1210, 2003.

XUE, Minggao; CHENG, Wen. National culture, market condition and market share of foreign bank. **Economic Modelling**, v. 33, p. 991-997, 2013.